

Para Simonsen, tabelamento fica

Ex-ministro critica restrição aos juros, mas diz que agora é lei

REGINA PIRES
Da Sucursal

Rio — O ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, descartou, com a aprovação do tabelamento dos juros em 12 por cento nessa semana pela Constituinte, a possibilidade de ser adotado o seu plano de aplicar um redutor da correção monetária sobre preços e salários para o combate à inflação. O plano, que chegou a ser estudado recentemente pelo Governo, seria seguido de uma prática de juros reais elevados. Mesmo a tímida política monetária adotada com o Plano Cruzado, em 1986, que representava juros de 15 por cento reais ao ano, tornou-se impossível, segundo ele, afastando qualquer possibilidade de adoção de um novo choque na economia.

A possibilidade que vem sendo especulada no mercado financeiro de não ser respeitado o tabelamento, via exigência de reciprocidades e a venda de títulos com deságio, é inviável, na sua opinião. "Matéria constitucional é uma coisa muito séria", frisou, acrescentando que tais procedimentos se viabilizaram no passado, mas que o assunto não era sequer tratado sob a forma de lei. Acreditando que o combate à inflação foi seriamente dificultado, Simonsen diz agradecer a Deus por não integrar a equipe econômica do Governo e que "os constituintes têm pleno direito de

acabar com o País". Eis a íntegra da entrevista do ex-ministro Simonsen:

Participantes do mercado financeiro encerraram a semana afirmando que a introdução de novas alíquotas do Imposto de Renda, a partir do dia primeiro, a sobretaxação do overnight para as pessoas jurídicas e mesmo a tributação maior dos fundos de curto prazo já começavam a ser absorvidas. Mas a questão do tabelamento dos juros funcionou como um furacão inesperado e a pergunta consensual é: como fica a política monetária do Governo?

Ela é impossível.

E como fica então a inflação? Sem política monetária, há como combatê-la?

O trabalho foi dificultado, pelo seguinte: se for para combater para valer, o primeiro passo é subir muito a taxa de juros, por causa da descrença nos agentes econômicos. Para derubar a especulação com estoques e moeda estrangeira é preciso ter taxas reais muito elevadas. Só para lembrar, em Israel, em 1985, os juros foram elevados para 15 por cento reais ao mês. E, na Alemanha, em 1923, logo depois da hiperinflação, as taxas chegaram a 10 por cento ao dia.

Mesmo com o Plano Cruzado, quando a política monetária foi fraca, o juro real era de 15 por cento ao ano. A prova de que essa taxa é baixa, é que não foi possível evitar a explosão

APOUJO



Simonsen não vê mais clima para adotar redutor

do dólar paralelo e a exacerbção da demanda. Até a política monetária do plano não é mais permitida. E, com isso, a ideia de se aplicar um redutor sobre a correção monetária deve ser sepultada e, ainda mais, a de um novo choque heterodoxo.

Mas a prática de juros no overnight é difícil de avaliar, já que se trabalha em

cima de projeções. Como é possível saber se o tabelamento está efetivamente sendo respeitado?

Isso é complicado. Mas tem que haver uma regulamentação para saber também como fazer no caso de empréstimo em moeda estrangeira e se a taxa é bruta ou líquida, levando em conta a tributação.

Por enquanto, os bancos

estão trabalhando com taxas de captação superiores aos 12 por cento e a expectativa é de que haja exigências de reciprocidade, deságios na venda de títulos para burlar o tabelamento...

O sistema terá que se readaptar. Matéria constitucional é um negócio muito sério. Qualquer cobrança indevida pode ser resgatada até 30 anos mais tarde, porque não está sujeita à prescrição. Minha impressão é de que a medida é totalmente absurda, mas tem que ser respeitada.

O que o Sr. faria se estivesse hoje no Governo? Na época do ministro Delfim Netto, o Sr. ameaçou sair da Sepian se houvesse tabelamento.

Graças a Deus não estou. Sai por essas e outras razões e, enquanto eu estivesse lá, não haveria tabelamento. O trabalho fica muito dificultado.

Há pelo menos a expectativa de que os recursos voltem do sistema financeiro para o investimento produtivo e a dívida pública pare de crescer?

Tudo isso é muito lindo. Mas e a inflação? Se a ideia é diminuir a dívida, é só resgatar e pagar em papel-moeda.

O que o Sr. acha dos constituintes que votaram a favor do tabelamento?

Eles têm pleno direito de acabar com o País.

O Sr. não vê saída para as dificuldades?

O que o Governo pode fazer é controlar o crédito de

uma maneira geral e não so a base monetária. Existe a possibilidade teórica de um grande choque fiscal, via elevação de impostos e corte das despesas e obter-se um superávit fiscal de 4 a 5 por cento do PIB.

Isso é viável?

Estou falando em teoria. O Governo ficaria superavitário. Hoje, todo o esforço se resume na meta de reduzir o déficit para 2 por cento do PIB.

As mudanças de Imposto de Renda no mercado aberto, em meio ao tabelamento de juros, fazem sentido?

Poderiam voltar atrás na taxa dos fundos de curto prazo. Isso daria maior flexibilidade ao sistema.

Como o Sr. está vendo o âgio superior a 80 por cento do dólar no paralelo em relação ao oficial? Isso é sinal de que os ativos indexados à correção monetária não estão sendo preservados?

Não. A correção monetária não está falsificada. O que está fazendo o black disparar é o fator insegurança.

E o que pode ser feito para diminuir o âgio?

O Banco Central poderia vender ouro para derrubar as cotações no mercado interno e pressionar as cotações do paralelo. Isso, contudo, é ruim, porque haverá perda de reservas. Se os juros fossem elevados, despençava tudo. Mas temos que conviver com essa Constituição que está aí. Agora, não adianta chorar sobre o leite derramado.

CORPELO BRAZIL IEN
05 SET 1988